

UMA ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE OS RETORNOS SOCIAL E PRIVADO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL

SILVANA SOUSA LOURO

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

sousa.louro.sil@gmail.com

ROSINEIDE PEREIRA MUBARACK GARCIA

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

rose.mubarack@gmail.com

RESUMO

O retorno social da educação corresponde à soma do retorno privado e dos benefícios externos de uma unidade de capital humano, conforme defende Moretti (2004, 2006), enquanto o retorno privado, conforme Spence (1963) é entendido como uma apropriação privada dos benefícios sociais gerados através do processo educacional. Este trabalho tem o objetivo de empreender uma discussão acerca do retorno social da educação, confrontando-o com o seu retorno privado, com vistas a uma análise no que tange à incumbência dos investimentos em educação e adota como metodologia a abordagem qualitativa, utilizando-se de pesquisa bibliográfica e documental. A análise desses retornos, advindos do processo educacional possibilitou a percepção de que uma sociedade formada por indivíduos com alto nível de formação, deva ser consideravelmente mais produtiva, motivo pelo qual recebem salários maiores, corroborando com a tendência de que isso seja revertido em benefício para todos os membros da sociedade, de modo a justificar-se o investimento público em educação.

Palavras chave: Educação, retorno social, retorno privado.

1. INTRODUÇÃO

Mankiw (2014) define externalidade como sendo o impacto das ações de uma pessoa sobre o bem-estar de outras que não participam daquelas ações. Se o impacto sobre o terceiro é adverso, é denominado externalidade negativa. Se, ao contrário, é benéfico pode ser chamado externalidade positiva. A mensuração dessas externalidades pode ser realizada através do coeficiente que mede o impacto da educação na renda agregada.

O processo educacional promove muitas externalidades positivas, seja contribuindo para o processo produtivo (MORETTI, 2004) e para a melhoria dos níveis de saúde de uma determinada população (CURRIE e MORETTI, 2003), seja colaborando para a redução da criminalidade (LOCHNER e MORETTI, 2004) e impactando na consciência política das pessoas. Todo esse rol de externalidades promove a existência de retornos públicos e privados, e reprisa a Teoria do Capital Humano, proposta por Theodore W. Schultz, em meados dos anos 1950, comprovando que educação é o fator econômico considerado essencial para o desenvolvimento. Deste modo, o capital humano é considerado o estoque de qualificação de uma determinada pessoa, que pode ser aumentada com educação adicional, afirma Gruber (2009).

Na literatura, essa externalidade é conhecida como o retorno social da educação, correspondendo à soma do retorno privado e dos benefícios externos de uma unidade de capital humano, conforme defende Moretti (2004, 2006). O autor afirma ainda que os ganhos da teoria do capital humano podem ser superiores aos ganhos individuais. Sendo assim, a relevância do aprofundamento de estudos em educação, tendo em vista sua notória incumbência de inserir o indivíduo ao meio social revela-se substancialmente importante para a sociedade.

Para os que defendem a educação pública, e acreditam na sobreposição dos seus retornos sociais em relação aos seus retornos privados, seria irresponsabilidade de um governo simplesmente abster-se e delegar à iniciativa privada a função de construir e gerir o processo educacional. Argumentam, pois, que investir no setor educacional gera benefícios que são apropriados não só pelo indivíduo, mas também por toda a sociedade.

Para os que, contrariamente, advogam em favor da educação financiada com recursos privados, por acreditarem que os retornos sociais são irrelevantes e que as vantagens oriundas da formação educacional assumem caráter preponderantemente privados, por apresentarem ganhos financeiros individuais, o investimento no desenvolvimento educacional deveria correr às custas do próprio indivíduo, não havendo sentido na provisão estatal desses serviços.

Tendo em vista uma melhor compreensão dessa temática, este artigo empreende uma discussão acerca do retorno social da educação, confrontando-o com o seu retorno privado, com vistas a uma análise no que tange à incumbência dos investimentos em educação. Sendo assim, para melhor compreensão da temática, este trabalho apresenta-se dividido em cinco sessões, de modo que esta introdução corresponde à primeira seção. Na segunda seção, é realizada uma análise acerca do retorno social da educação. A terceira seção trata, analiticamente, do retorno privado do processo educacional. Na quarta seção, delinea-se um estudo comparativo entre os retornos social e privado da formação educacional. E, na quinta seção, são apresentadas as considerações finais.

2. RETORNO SOCIAL DA EDUCAÇÃO

Conceitualmente, Moretti (2004, 2006) define o retorno social como a soma do retorno privado e dos benefícios externos de uma unidade de capital humano. O autor afirma que os ganhos da teoria do capital humano podem ser superiores aos ganhos individuais, entendendo que a teoria do capital humano, pode, ao menos, potencialmente reduzir a criminalidade, melhorar as condições de saúde, além de possuir impacto positivo sobre a consciência política das pessoas.

Moretti (2002) acredita, ainda, que a educação é um instrumento que permite o desenvolvimento humano e influencia tanto a pessoa que dela se beneficia, quanto toda uma comunidade que a permeia, concedendo condições de ascensão social e financeira. Há de se considerar também uma ampla gama de possibilidades suscitadas pelo processo educacional. Para tanto, a efetivação de investimentos em educação de qualidade, que não representem mero dispêndio de recursos, torna-se um preceito inescusável, com vistas ao alcance do retorno esperado. Nesse sentido, também Viana, 2010 também pontua que:

O nível de capital humano de uma população influencia o sistema econômico de diversas formas, com o aumento da produtividade, dos lucros, do fornecimento de maiores conhecimentos e habilidades, e também por resolver problemas e superar dificuldades regionais, contribuindo com a sociedade de forma individual e coletiva.

Nesse sentido, a pesquisa denominada "Gastos com política social: alavanca para o crescimento com distribuição de renda" realizada, em 2011, pelo IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, utilizando dados de 2006, compara diferentes tipos de gasto social, chegando à conclusão de que os recursos destinados à educação são os que mais contribuem para o crescimento do país, levando em consideração a quantidade de pessoas envolvidas no setor e os efeitos da educação sobre setores-chave da economia. Sendo assim, os investimentos destinados à educação são os que apresentam maior taxa de retorno para a economia, comprova a pesquisa.

A declaração de Jorge Abrahão, diretor de Estudos e Políticas Sociais do IPEA (2011) é incisiva ao afirmar que “o gasto na educação não gera apenas conhecimento. Gera economia, já que ao pagar salário a professores aumenta-se o consumo, as vendas, os valores adicionados, salários, lucros, juros”. O diretor defende ainda a proporcionalidade entre a educação e melhores condições remuneratórias e, conseqüentemente, maximização das possibilidades de produtividade, crescimento e desenvolvimento do país. E complementa afirmando que 56% dos gastos sociais retornam ao Tesouro na forma de tributos. Ou seja, o gasto social não tem natureza neutra, gera crescimento com distribuição de renda, sendo muito importante para o Brasil superar a crise de 2008, tendo grande importância como propulsora do desenvolvimento econômico e, conseqüentemente, do bem-estar social.

Ao realizar o levantamento dos dados, o IPEA levou em consideração os valores destinados à educação nas esferas federal, estadual e municipal, ficando evidenciado que, cada R\$1,00 aplicado ao setor público gera R\$1,85 para o Produto Interno Bruto (PIB). Em análise, o Instituto pontua que o gasto social em educação tem o maior multiplicador dentre os agregados que se investigou. Essas ponderações estão expressas na Tabela 1, abaixo:

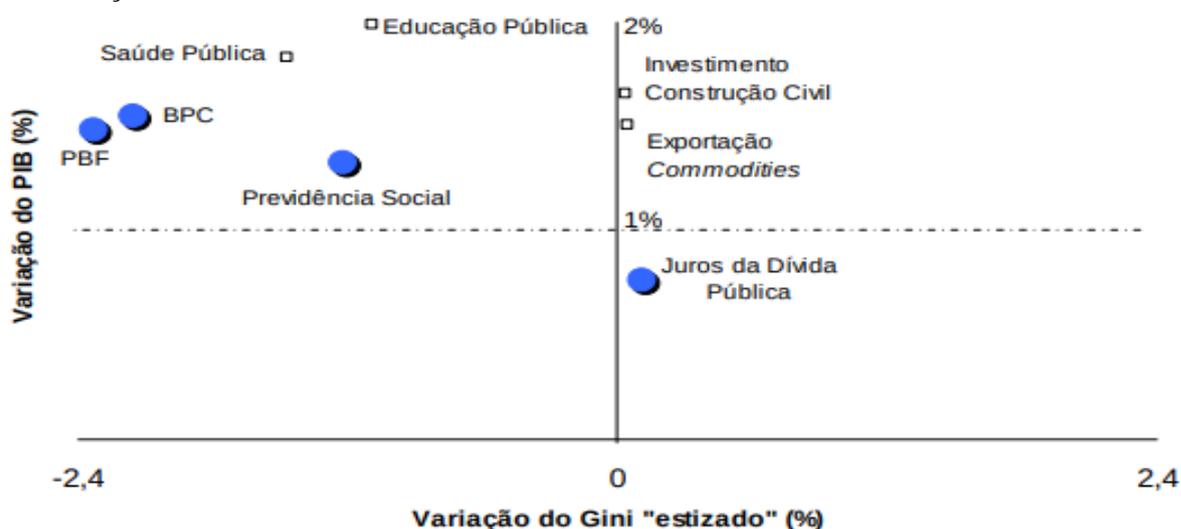
Tabela 1 - Multiplicadores Decorrentes de um Aumento de 1% do PIB Segundo Tipo de Gasto

Tipo de Gasto/Demanda	Multiplicador do PIB (%)	Multiplicador da Renda das Famílias (%)
Demanda Agregada (investimento, exportações e gasto do governo)	1,57	1,17
Educação e Saúde	1,78	1,56
Educação	1,85	1,67
Saúde	1,70	1,44
Investimento no Setor de Construção Civil	1,54	1,14
Exportações de <i>Commodities</i> Agrícolas e Extrativas	1,40	1,04

Fonte: Elaboração IPEA com informações do SCN 2006 (IBGE) PNAD 2006 e POF 2002-2003 (IBGE)

No que concerne os serviços e atividades produtivas, a pesquisa do IPEA revela que os gastos em educação pública também geram desdobramentos bastantes expressivos em termos, tanto de crescimento, quanto de distribuição de renda, vide Tabela 2. À título de compreensão, a tabela relaciona a variação do PIB com a variação do Gini, sendo este último, conforme o Ipea, um índice que calcula o grau de concentração de renda em determinado grupo, apontando a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos, representando, assim, um dos mais importantes dados para a mensuração das condições de renda das populações.

Tabela 2 - Efeitos de gastos públicos selecionados sobre o crescimento econômico e a distribuição de renda



Fonte: IPEA (2011)

Nesse prisma, Jorge Abrahão vislumbra perspectivas futuras decorrentes do processo educacional "os pais estão voltando para o sistema, para se qualificarem, fazer uma graduação, pós-graduação e, com isso, ascender na carreira. Ou seja, além de gerar o PIB, hoje, gera uma possibilidade de ampliação do PIB no futuro" (IPEA, 2011). Os dados apresentados nos direcionam aos impactos dos investimentos em educação na economia, uma vez que a acumulação de capital humano, mensurado através do nível de escolaridade, pode ser um elemento que converge para crescimento econômico do país.

3. METODOLOGIA

O presente trabalho adota como metodologia a abordagem qualitativa, utilizando-se de pesquisa bibliográfica e documental. A análise documental constitui uma técnica importante na pesquisa qualitativa, seja complementando informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema tendo como base como fontes primárias como tabelas estatísticas, cartas, pareceres, fotografias, atas, relatórios, obras originais de qualquer natureza (LUDKE; ANDRÉ, 1986). Nesta pesquisa, as categorias principais de análise foram retorno privado da educação, benefícios sociais, processo educacional e o retorno social.

Nesse sentido, desenvolve-se com base no pensamento de autores e estudiosos que defendem o retornos sociais decorrentes da aquisição do saber, a exemplo de Moretti (2004); Schultzm (1963); Lucas (1988); Romer, (1990); Nelson e Phelps (1966), bem como de autores que contestam esses retornos benéficos à sociedade, como Spence (1963) e Caplan (2007), além de utilizar dados de pesquisas realizadas pelo IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2011) e Anuário Brasileiro da Educação Básica (2014).

4. RETORNO PRIVADO DA EDUCAÇÃO

Em se tratando de educação, conforme Spence (1963), o retorno privado é entendido como uma apropriação privada dos benefícios sociais gerados através do processo educacional. Segundo essa linha de pensamento, as externalidades positivas inexistem, ou são ínfimas, ocorrendo apenas externalidades negativas, motivo pelo qual não se tem justificada a intervenção pública nesse setor, cabendo a responsabilidade pelo investimento inteiramente ao setor privado.

Um nível de escolaridade mais alta significaria apenas uma constatação que essa pessoa estaria mais apta que a outra. Nessa linha de neologismo, quando o Estado financia a educação, ele cria uma externalidade negativa para todos os outros indivíduos instruídos, isso porque aumentaria a concorrência e reduzindo o valor da mão-de-obra no mercado de trabalho. (AMORIM; CORREIA NETO, 2012)

Esses teóricos, ao defenderem esta linha de raciocínio, baseiam-se na lógica de que, sendo o retorno da educação privado e monetário, os indivíduos deveriam investir em sua formação educacional por conta própria e, nessa óptica, não haveria sentido na provisão estatal desses serviços. Com base nos dados apresentados na tabela 3, abaixo, os indivíduos que possuem ensino superior, chegam a auferir cerca de 3 vezes o valor do rendimento daqueles com nível de formação Fundamental incompleto.

Tabela 3 - Rendimento Mensal Médio de Pessoas de 18 a 29 anos

Nível de instrução	Rendimento mensal
Fundamental incompleto ou equivalente	R\$ 799,49
Fundamental completo ou equivalente	R\$ 1.003,55
Ensino Médio incompleto ou equivalente	R\$ 978,48
Ensino Médio completo ou equivalente	R\$ 1.246,61
Superior completo	R\$ 2.545,18

Fonte: Anuário Brasileiro da Educação Básica, 2014, atualizado com dados de 2016.

A análise dos dados e da literatura remete-nos à percepção de que as benesses financeiras, decorrentes do processo educacional, deveriam estimular os indivíduos a uma busca constante por escolaridade, tendo em vista ser a educação a ferramenta potencializadora de renda entre os indivíduos que a possuem, em maior ou menor escala, conforme apontado pelo Anuário Brasileiro da Educação Básica, em pesquisa realizada no ano de 2014.

Uma temática que entra em pauta quando o cerne da discussão atém-se aos retornos social e privado da educação refere-se ao ensino superior. Vários estudiosos defendem veementemente que a educação superior corresponde ao nível educativo que traz mais retorno privado e menos retorno público. Para Caplan (2007), autor americano e professor de Economia da Universidade George Mason, o retorno da educação para os indivíduos é substantivo: com o título vêm melhores salários. No entanto, o retorno para a sociedade é pífio. Ainda segundo o autor, quanto mais se investe na educação superior, mais se estimula a corrida por títulos.

Deste modo, os que tutelam essa linha de pensamento entendem que educação básica deve ser papel do Estado, enquanto a educação superior deve ser responsabilidade da iniciativa privada. Acreditam que os altos investimentos no ensino superior são desnecessários ao considerarem que os esforços financeiros públicos em universidades apresentam uma taxa de retorno relativamente baixa para a sociedade.

Diante das informações e ponderações literárias atinentes ao retorno privado da educação, tem-se que este retorno depende da comparação entre os custos da educação, geralmente medidos em anos de escolarização, e o retorno ou rendimento extra obtido pelo indivíduo como resultado do investimento efetuado. Segundo essa linha, a renda das pessoas escolarizadas não correspondem, consideravelmente, a ganhos que afetam a sociedade como um todo, pois esses benefícios são, preponderantemente, individuais, ou seja, promovem retornos privados.

5. O RETORNO SOCIAL E O RETORNO PRIVADO

Analizados os argumentos dos que acreditam no retorno social da educação, bem como as considerações dos estudiosos que, ao contrário, acreditam no retorno preponderantemente privado, resultante da formação educacional, faz-se necessário realizar uma análise balizadora com vistas à obtenção do raciocínio mais congruente acerca da

questão. Primeiramente, consideremos as ponderações literárias e numéricas no que tange a ideia de que os investimentos em educação são revertidos em benesses para o meio social.

De fato, apesar de os retornos financeiros privados possam ser considerados relativamente elevados, coexiste uma ampla gama de retornos sociais que promovem significativas melhorias no sistema educacional. A tabela abaixo lista retornos privados e sociais, divididos em mercado e não mercado, oriundos do aumento do nível educacional.

Tabela 4 - Retornos Públicos e Privados de Maior Escolaridade

Tipo de Benefício	Privado	Social
Mercado	Empregabilidade	Maior produtividade
	Maior renda	Mais pagamento de impostos
	Menos desemprego	Menor dependência de programas sociais.
	Mobilidade	Maior crescimento do país
Não-mercado	Melhor eficiência de consumo	Redução de crime
	Melhor saúde privada e familiar	Famílias menores
	Maior felicidade	Maior coesão social
		Participação eleitoral
		Menor transmissão de doenças infecciosas

Fonte: Adaptado de Psacharopoulos (2014) e Joint Economic Committee (2000)

Sob outro prisma, a argumentação teórica daqueles que julgam os retornos da educação com base em percepções meramente privadas ou individuais parecem fazer sentido ao analisar, por exemplo, os dados apresentados pelo Anuário Brasileiro da Educação Básica. A pesquisa relaciona o nível de instrução ao rendimento mensal médio dos indivíduos, e conclui que as pessoas que possuem ensino superior chegam a triplicar sua renda em relação àqueles com nível de formação Fundamental incompleto. Esses dados, de certa forma, comprovam a existência de proveitos caracterizadamente individuais, derivados do processo educacional.

Em relação à reflexão incitada acerca do ensino superior, percebe-se que, de fato os benefícios da educação, quer sejam sociais, quer sejam privados, assumem facetas diferentes, dependendo no nível de ensino. A título de exemplo, comparativamente, acredita-se que a educação superior retorna mais benefícios privados que sociais, enquanto educação básica gera maiores benefícios sociais. Isso se refere ao pressuposto de que melhor nível educacional básico tem forte conexão com redução de crime e transmissão de doenças infecciosas, mas esses efeitos são quase insignificantes na passagem da educação de nível médio para ensino superior.

É com base nessa conjectura que, na maior parte do mundo, a provisão de educação básica é papel do Estado, enquanto é aceitável que o sistema privado abarque a oferta ensino superior, principal temática levantada pelos que defendem a superveniência do retorno privado da educação em relação ao seu retorno social.

No Brasil, a partir de 2000, foram intensificados os investimentos em educação superior, através da ampliação do acesso a estudantes de classe média e baixa. Como resultado, o país obteve avanços significativos, aumentando o nível de qualificação da mão de obra, porém, ainda é necessária a implementação de políticas públicas que possam maximizar esses retornos em termos socialmente desejáveis.

Em síntese, o retorno social decorrente do processo educacional pode ser considerado seu benefício social preponderante, não obstante a educação também possa ser traduzida também em efeitos benéficos para um determinado sujeito, individualmente. Em tese, a noção que permanece é a de que uma sociedade formada por indivíduos com alto nível de formação educacional, deva ser consideravelmente produtiva, motivo pelo qual recebem salários maiores. E a tendência é que isso seja revertido em benefício para todos os membros da sociedade, justificando o investimento público em educação.

Em um Estado com cidadania plena todos ganham: a sociedade, pois o nível de corrupção diminui e, junto a ela os recursos públicos de infra-estrutura simplesmente fluem; o indivíduo que vê sua remuneração aumentada, levando de carona todos os que são a sua volta, principalmente familiares e, finalmente, o Estado que pelo efeito transbordamento vê a melhora de toda uma sociedade que se alimenta melhor, tem menos custos sociais, tais como serviços médicos e hospitalares, diminuindo os índices de criminalidade, aumentando o seu consumo individual, aumentando também o fluxo de imposto para a manutenção da própria máquina estatal. (AMORIM; CORREIA NETO, 2012)

Complementarmente, e utilizando-se da literatura do crescimento econômico, temos que a educação aumenta a produtividade dos fatores através da melhora das habilidades do capital humano. Ou seja, o crescimento sustentável é devido à acumulação de capital humano ao longo do tempo (LUCAS, 1988). Além disso, a educação pode aumentar a capacidade de inovação da economia, através de novas tecnologias ou de processos produtivos mais eficientes, o que promove o crescimento (ROMER, 1990).

Diante do exposto, constata-se que a educação pode facilitar a difusão do conhecimento sobre novas tecnologias ou sobre novos processos de produção, o que também conduz ao crescimento econômico. Ou seja, para além do retorno privado decorrente do processo educacional, a educação se reverte em ganhos para toda a sociedade.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reflexão proposta no presente trabalho remete-nos à conclusão de que, de fato, alguns benefícios são revertidos, individualmente, àqueles que se propõem a avançar em níveis de formação educacional, afinal a educação pode promover a obtenção de padrões mais elevados de remuneração e melhores condições de vida ao indivíduo.

Por outro lado, apesar de que os retornos financeiros privados possam ser considerados relativamente elevados, estes não devem ser sobrepostos à ampla gama de retornos sociais que provém do incremento educacional e que são revertidos em ganhos para toda a sociedade sendo, comprovadamente, fonte de desenvolvimento social e econômico, em um contexto macro e promovendo a melhoria da capacidade produtiva e individual, em um contexto micro.

Com base no contexto analisado, descartando-se qualquer pretensão de findar a discussão acerca desta temática, mas acreditando veemente na necessidade da participação coletiva e democrática, acredita-se que o desafio que se apresenta para a educação no Brasil, com vistas ao alcance de patamares realmente satisfatórios, é a efetiva alocação de recursos, atendendo a critérios eficientes de planejamento e qualidade de gestão, e buscando potencializar os efeitos sociais da educação pois, em suma, o processo educacional apresenta-

se como a legítima ferramenta capaz de tornar o Brasil uma nação verdadeiramente desenvolvida, devendo sim ser subsidiada pelo Estado.

REFERENCIAL

AMORIM, Paulo de Jesus; CORREIA NETO, Severino Joaquim. **Externalidades da Educação no Brasil: Entre o Público e o Privado**, 2012

BRASIL. Aspectos Fiscais da Educação no Brasil:
<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/617267/CesefEducacao9jul18/4af4a6db-8ec6-4cb5-8401-7c6f0abf6340>

BRASIL. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Comunicado do Ipea nº 75 - **Gastos com a Política Social: alavanca para o crescimento com distribuição de renda**. [Online]. Brasília, 2011.

CAPLAN, Bryan. **The Myth of the Rational Voter: Why Democracies Choose Bad Policies**, 2007.

CARNIELLI, Beatrice Laura e OLIVEIRA, Zenaide Borges. O retorno do investimento em educação: cálculo e questões metodológicas. **Revista on line de Política e Gestão Educacional**, n. 10, 2011.

CURRIE, Janet & Moretti, Enrico. **Mother's Education and the Intergenerational Transmission of Human Capital: Evidence From College Oppenings**. Quaterly Journal of Economics 118 (novembro de 2003): 1945-1532.

ELIAS, Yuri Godoi Pereira. **Retorno social da educação superior no Brasil**. Viçosa/MG. 2018.

JUNIOR, Quintella; MARTINS, Osvaldo. **Retornos privados versus retornos sociais da educação no Brasil: um estudo empírico dos municípios brasileiros a partir dos dados do censo 2010**.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M.E.D.A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo, EPU, 1986

MANKIWI, N. Gregory. **Introdução à economia**, 2014.

MORETTI, E. **Human Capital Externalities in Cities**. National Bureau of Economic Research WP 9641, 2003.

SCHULTZ, Theodore Schultz. **O valor econômico da educação**, 1963

WOOD JR, Thomaz. Que benefício a Educação superior traz à sociedade? Instituto Humanistas Unisinos, 2018. [http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/575497-que-beneficio -a-educacao-superior-traz-a-sociedade](http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/575497-que-beneficio-a-educacao-superior-traz-a-sociedade)

ZEIDAN, Rodrigo - **Pragmatic Economics and Sustainable Finance** - Building solutions for a better world, <https://rzeidan.com/2016/03/28/tudo-que-voce-sabia -sobre-educacao-estava-errado-parte-vi-retornos-publicos-e-privados/>